

APRESENTAÇÃO

Dossiê “Republicanism neorromano: história e teoria política”

Ricardo Silva
Tiago Bahia Losso
Daniel J. Kapust

A tradição republicana de pensamento político tem sido objeto de crescente interesse ao longo do último meio século. Iniciado no campo da história do pensamento político, o chamado *republican revival* expandiu-se, pouco depois, para o âmbito da teoria política contemporânea. No campo historiográfico, a publicação de *The Machiavellian Moment* (1974), por J. G. A. Pocock, ofereceu uma narrativa de longo alcance para a compreensão das origens do republicanism no mundo antigo e suas manifestações no Renascimento italiano e na primeira modernidade, estimulando um amplo debate entre historiadores das ideias sobre a gênese, os desenvolvimentos e o universo conceitual do republicanism.

Absorvidas as contribuições do campo da história do pensamento político, o programa de pesquisas do neorrepublicanism passou a nuclear debates no âmbito da teoria política contemporânea. A publicação de *Republicanism: a theory of freedom and government* (1997), por Philip Pettit, consolidou o interesse da teoria política do século XXI na tradição republicana. Fortemente influenciado pelas pesquisas de Quentin Skinner sobre a história dos ideais republicanos no Renascimento italiano e na Inglaterra do século XVII, Pettit atualiza a herança do republicanism



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

de modo a oferecer uma teoria normativa destinada a contestar a hegemonia do liberalismo, sem incorrer nas dificuldades do comunitarismo. Essa visão do republicanismo constrói-se com base em um argumento de natureza histórico-genealógica e em outro de ordem teórico-conceitual. O primeiro, elaborado por Skinner em contraposição a Pocock, afirma que o republicanismo de autores como Maquiavel consiste numa tradição de pensamento político que deve muito mais ao mundo dos historiadores, moralistas e juristas romanos do que ao mundo da filosofia grega. O segundo, articulado por Pettit, afirma que especificidade dessa tradição consiste em assumir a centralidade do ideal da liberdade como não dominação, a partir do qual se deriva o amplo acervo de valores e instituições de uma república bem ordenada.

Sem ignorar a pluralidade de visões sobre a tradição republicana, o presente dossiê tem como foco a vertente neorromana acima referida, hoje dominante nos debates sobre o neorpublicanismo. Reúnem-se seis artigos e um ensaio bibliográfico, discutindo temas e problemas associados ao republicanismo neorromano.

Inicia-se com dois artigos destinados a problemas de classificação e definição das diferentes vertentes do republicanismo. Ricardo Silva e Roger Laureano apresentam um panorama das diferentes taxonomias do republicanismo, chamando a atenção para três tipos de critérios normalmente utilizados para construção das classificações: o critério genealógico, o critério nacional e o critério socioconfitual. Em seguida, Luís Falcão apresenta um amplo panorama dos esforços mais recentes de definição do próprio conceito de republicanismo, destacando a peculiaridade e a relevância do republicanismo francês, um valioso acréscimo a debates predominantemente anglófonos.

Tiago Losso e Marlio Aguiar examinam a “virada romana” nos estudos de história das ideias e da história constitucional, pondo em relevo a centralidade que as fontes da antiguidade vêm assumindo a partir da difusão do republicanismo neorromano. Uma indicação do quão produtivo pode ser o engajamento direto da teoria política contemporânea com as fontes da antiguidade romana é observada no artigo de Xinzhi Zhao sobre Cícero. Além de desafiar o traço elitista convencionalmente

atribuído ao pensador romano, identificando, em sua obra, argumentos para a defesa da participação democrática, a autora oferece uma interpretação alternativa à de Pettit para o conceito de legitimidade do republicanismo neorromano. O exame dos clássicos do republicanismo neorromano em benefício da teoria política contemporânea prossegue com o artigo de Igor Fontes, dedicado à análise dos efeitos do comércio e da desigualdade material no republicanismo de Maquiavel. Examinando os textos do florentino sobre a Alemanha, o autor sugere que o comércio pode ser integrado ao prospecto maquiaveliano de uma república bem ordenada, ao mesmo tempo que a desigualdade, ao menos a partir de certo nível, é sempre causa de corrupção.

A parte final deste dossiê inicia com o artigo de Ruth Kinna e Alex Prichard sobre a presença de temas republicanos na tradição do anarquismo clássico. Compreendendo pensadores como Proudhon, Bakunin, Kropotkin e Tolstoi como representantes do republicanismo radical do século XIX, Kinna e Prichard desafiam a interpretação do republicanismo neorromano sobre as condições de realização do ideal da liberdade como não dominação, postulando a incompatibilidade desse ideal com a existência, assumida por Pettit, do Estado e da propriedade privada. Encerrando o dossiê, Daniel Kapust retorna ao tema da “virada romana” na teoria política por meio de ensaio bibliográfico centrado em estudos recentes sobre o pensamento político romano e suas repercussões no debate teórico de nossos dias.

No conjunto, o presente dossiê oferece ao leitor não apenas um panorama dos temas e problemas substantivos do republicanismo neorromano, uma das vertentes mais produtivas da teoria política contemporânea, mas também a sugestão, de caráter mais metodológico, da relevância do intercâmbio entre a história intelectual e teoria política.